



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

São Paulo

30ª Câmara de Direito Privado

Registro: 2012.0000183413

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0004447-36.2006.8.26.0482, da Comarca de Presidente Prudente, em que é apelante/apelado MARIA APARECIDA ASSÊNCIO DACONE (JUSTIÇA GRATUITA) sendo apelado/apelante IRB INSTITUTO DE RESSEGUROS DO BRASIL S/A, Apelados TCPP TRANSPORTE COLETIVO PRESIDENTE PRUDENTE LTDA, COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DA BAHIA e OSWALDO SANTANA.

ACORDAM, em 30ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negeram provimento ao recurso do IRB e conferiram parcial provimento ao apelo da autora, v.u.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores MARCOS RAMOS (Presidente), ORLANDO PISTORESINI E LINO MACHADO.

São Paulo, 25 de abril de 2012.

Marcos Ramos

RELATOR

Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

São Paulo

30ª Câmara de Direito Privado

16.245

Apelação sem Revisão nº 0004447-36.2006.8.26.0482
Comarca: Presidente Prudente
Juízo de Origem: 2ª. Vara Cível
Ação Civil nº 482.01.2006.004447-9/000000-000
Apelantes/Apelados: Maria Aparecida Assêncio Dacone; IRB Instituto de Resseguros do Brasil S/A
Apelados: TCPP Transporte Coletivo Presidente Prudente Ltda, Companhia de Seguros Aliança da Bahia e Oswaldo Santana
Classificação: Acidente de veículo – Indenização

EMENTA: Veículo automotor - Acidente de trânsito – Ação indenizatória com pedido de pensão mensal, em razão do falecimento de filha – Sentença de parcial procedência - Recurso da autora - Alegação de que o pensionamento mensal deve ser computado até a data em que a vítima completasse 65 anos de idade, em valor correspondente a 1/3 dos rendimentos que auferia da data do óbito, com pagamento de uma só vez – Parcial reforma do julgado – Necessidade – Período do pensionamento que deve ser dilatado – Apelo do IRB – Alegações de culpa exclusiva da vítima pelo acidente e de que autora não era dependente da filha, não fazendo jus a pensão mensal – Descabimento.

Apelo da autora parcialmente provido.

Apelo do IRB desprovido.

VOTO DO RELATOR

Cuida-se de recursos de apelação interpostos em ação indenizatória decorrente do acidente de trânsito que vitimou Luciana de Almeida Coelho, movida por Maria Aparecida Assêncio Dacone (genitora) em face de “TCPP – Transporte Coletivo Presidente Prudente Ltda.” e Oswaldo Santana, com lide



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

São Paulo

30ª Câmara de Direito Privado

denunciada à “Companhia de Seguros Aliança da Bahia” e “IRB – Instituto de Resseguros Brasil S/A”, onde proferida sentença de parcial procedência da pretensão deduzida para condenar os réus, solidariamente, a pagar à autora, sob a forma de pensão mensal, ajuda financeira correspondente a 60 prestações mensais no valor de ½ (meio) salário mínimo vigente na data do falecimento da filha Luciana de Almeida (4 de setembro de 2004), corrigidas desde então e acrescidas de juros de mora a contar da citação. Ante a sucumbência recíproca, ficou rateado o pagamento das custas e despesas processuais, assim como os honorários advocatícios, observada a condição da autora de beneficiária da assistência gratuita. Como forma alternativa do cumprimento da obrigação imposta, o pagamento do valor da pensão poderá ser realizado de uma única vez, no valor de R\$ 7.800,00, correspondente a 60 parcelas de R\$ 130,00 (50% do salário mínimo vigente em setembro de 2004, mês de falecimento da filha da autora), corrigido monetariamente desde a data do óbito, e acrescido de juros de mora desde a citação.

Relativamente à lide secundária, condenou a litisdenunciada “Companhia de Seguros Aliança da Bahia” a pagar à autora, em lugar da ré, ou reembolsar esta do pagamento que fizer do valor devido a título de danos materiais a que foi condenada, no valor acima fixado, observado o limite de sua responsabilidade contratual. Em face da sucumbência das partes



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

São Paulo

30ª Câmara de Direito Privado

da lide principal, ficou também rateado o pagamento dos honorários advocatícios dos patronos da litisdenunciada e da assistente litisconsorcial. Por fim, quanto à assistente litisconsorcial “IRB Brasil Resseguros S/A”, sobre ela não recai qualquer condenação, uma vez que não possui responsabilidade regressiva no que tange às obrigações da seguradora – fls. 428/439 e 488/490.

Aduz a autora que a sentença carece de parcial reforma sob alegação, em apertada síntese, de que dependia financeiramente da filha falecida, fazendo jus à pensão mensal até a data em que a vítima completasse 65 anos de idade, em valor equivalente a 1/3 do que auferia da data do óbito, devendo as prestações serem pagas de uma só vez, no montante de R\$ 63.493,56 – fls. 444/455.

A assistente litisconsorcial “IRB – Instituto de Resseguros Brasil S/A”, por sua vez, sustenta que o acidente ocorreu por culpa exclusiva da vítima, sendo que a autora não era dependente da filha e não tem direito ao recebimento de pensão mensal – fls. 467/484.

Contrarrazões às fls. 493/50/, 514/529, 531/547 e 548/555, ao que vieram os autos conclusos a este relator.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

São Paulo

30ª Câmara de Direito Privado

É o relatório.

O apelo da autora comporta parcial acolhimento e o apelo da “IRB – Instituto de Resseguros Brasil S/A” não procede.

Em sentença percucientemente fundamentada, o MM. Juiz da causa, **Dr. Leonino Carlos da Costa Filho**, assim consignou:

“Quanto ao mérito, a ação deve ser julgada parcialmente procedente, a saber, somente em parte do pedido de alimentos.

(...)

Em primeiro lugar, demonstrada ficou, de forma insofismável, a culpa do motorista da primeira ré, Osvaldo Santana (segundo demandado), no acidente que levou à morte Luciana de Almeida.

A culpa do réu Osvaldo Santana está comprovada pelo laudo de fls. 34/36 e pelas demais provas colacionadas aos autos.

(...)

A conduta do réu Osvaldo, preposto do co-réu TCPP, foi imprudente e causou o acidente que vitimou a filha da autora.

30ª Câmara de Direito Privado

Segundo relatam os autos, houve colisão do ônibus conduzido pelo réu Osvaldo com a motocicleta dirigida pela vítima, que trafegava pela rua Ribeiro de Barros, o qual causou a morte desta.

O condutor do ônibus, segundo a prova dos autos deu causa ao sinistro ao adentrar o cruzamento sem respeitar o sinal “pare” voltado para si, de forma que interceptou a trajetória do veículo da vítima.

Tal foi a conclusão do laudo pericial de fls. 34/36.

Embora tenha alegado que parou antes do cruzamento e que avançou porque “árvores atrapalhavam sua visão”, é certo que se precipitou o condutor ao invadir leito carroçável da via em que trafegava a vítima sem assegurar-se de que poderia fazê-lo com segurança.

A alegada dificuldade de visão obrigava o condutor do ônibus a ter maiores cautelas, ou seja, como observou o magistrado criminal, invadir, se o caso, o mínimo possível para poder ter visão do tráfego que se processava pela via que pretendia cruzar.

Demais disso, segundo a testemunha Valter Pereira, ouvida no feito criminal, Marcio não teria efetivamente observado cuidado algum e teria adentrado o cruzamento sem sequer parar o coletivo (fls. 46).

Relatou a testemunha que o motorista não atentou para a sinalização PARE e que a colisão ocorreu no centro do cruzamento. Disse ainda a testemunha que o ônibus freou quando



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

São Paulo

30ª Câmara de Direito Privado

já estava dentro do cruzamento (fls. 46).

(...)

Por outro lado, os réus não trouxeram prova alguma de sua alegação de que a condutora da motocicleta teria concorrido de qualquer forma para o acidente, não se havendo falar em responsabilidade exclusiva ou concorrente desta.

Firmada a culpa e a responsabilidade do réu Osvaldo pelo ato danoso, consequentemente, com ele responde, solidariamente, sua empregadora e proprietária do veículo causador do dano, a co-ré TCPP.

(...)

Em seu depoimento pessoal, a autora declarou que sua filha, há uns quatro meses antes da data do acidente, se havia separado do marido (Márcio de Carvalho Coelho) e tinha passado a morar sozinha num apartamento no Parque São Jorge, comprado por Márcio e posto no nome da autora. Luciana sempre a ajudou financeiramente, variando tal ajuda conforme seus ganhos como vendedora da empresa Rimafe e eventualmente seus ganhos com bicos (vendas de lingerie). Disse ser curadora de outra filha, de nome Rosane, que possui problema mental e que Luciana a ajudava porque era a autora quem cuidava da irmã (fls. 359).

(...)

Como se vê, não ficou provada qualquer despesa que tenha sido feita pela autora, ou seja, dano patrimonial emergente. Entretanto, corroborada ficou a alegação da autora de que recebia uma ajuda financeira da filha, destinado a ela e à irmã

30ª Câmara de Direito Privado

doente de quem cuidava.

Não se sabe, contudo, se tal ajuda se iniciou após a separação de fato de Luciana do marido, nem se teria caráter duradouro, nem se apurou o quantum dessa ajuda. Segundo a autora, ela não percebe pensão previdenciária por conta da morte da filha.

Patente, portanto, que não havia de fato uma relação de dependência econômica de base legal. Por outro lado, ao ficar sem a ajuda material propiciada pela filha, certamente experimentou “lucros cessantes” em valor não precisado.

Segundo o documento de fls. 19, de outubro de 2003, o salário bruto percebido pela filha da autora era de R\$ 407,00.

O reajustamento de salário de que fala o documento de fls. 21 somente seria de vigorar a partir de outubro de 2005, ou seja, à data do óbito (4 de setembro) não se havia alterado a remuneração da vítima.

Nesse passo, verifica-se que a pretensão da autora em ver-se indenizada, sob a forma de uma pensão mensal, cujo total chegaria ao montante de R\$ 222.222,00 (fls. 08/09) se revela exagerada e irreal.

Em primeiro lugar, quanto ao direito pleiteado a tal indenização (alimentos), certo é que não ficou devidamente comprovada nos autos a dependência da autora da filha falecida, não se podendo supor que ela não voltaria a se casar e constituir nova família, fato que poderia levar à cessação de tal ajuda



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

São Paulo

30ª Câmara de Direito Privado

temporária ou pelo menos à sua diminuição.

Deve-se, ainda, considerar que Luciana foi casada com Marcio de Carvalho Coelho, de quem havia se separado há cerca de dois ou três meses antes do óbito (fls. 268 – autos em apenso – feito n. 1668/07), passando a ter vida independente.

Além disso, após a separação, a falecida não passou a residir com a autora.

A própria autora, como vimos, em seu depoimento pessoal, relatou que Luciana foi casada com Marcio, mas “havia dele se separado fazia uns quatro meses antes da data do acidente” e que ela saiu de casa e foi morar sozinha num apartamento no Parque São João (fls. 359).

E, como já mencionado, Luciana estava separada do marido há pelo menos dois meses, não se podendo concluir que a ajuda financeira vinha sendo feita por todo o período em que ela se manteve casada.

Ajuda financeira intermitente e variável não induz a conclusão de dependência.

Analizando a prova documental juntada com a inicial, verifica-se que a falecida tinha como renda o salário de R\$ 407,00, em outubro de 2003. Na época, o salário mínimo vigente era de R\$ 240,00.

Não é crível que a falecida dispensasse a ajuda financeira à genitora de forma contínua e regular, menos, ainda, no valor de um salário mínimo, como chegou a dizer a testemunha Luiz Vanderlei Filazi Ascêncio (fls. 374).

30ª Câmara de Direito Privado

Portanto, não há como se dar guarida a pretensão da autora na amplitude buscada na inicial, porquanto as provas são insuficientes a produzir a convicção da existência de uma dependência econômica na forma alegada pela autora.

Entretanto, é certo que houve uma perda financeira que, pelo que é de se supor, deveria se estender por um período indefinido de tempo ao menos até novo casamento da filha.

Cabe, pois, aqui arbitramento judicial por estimativa, visto que não se pode fixar a indenização por “lucros cessantes” no valor de um salário mínimo nem por toda a extensão da vida da vítima.

Estimo a perda de tal ajuda financeira em ½ (meio) salário mínimo e o tempo de sua duração por cinco anos.

Assim, em tal valor correspondente e durante o mencionado período de tempo deverá a ré efetuar o pagamento da indenização por danos materiais à autora, sob a forma de pensão mensal.

Poderá, ainda, tal pagamento ser feito em uma única vez, no valor de R\$. 7.800,00, correspondente a 60 parcelas de R\$. 130,00 (50% do salário mínimo vigente em setembro de 2004, mês do falecimento da filha da autora), acrescido de correção monetária, desde a data do óbito da vítima, e de juros de mora de 1% (um por cento) desde a citação.” (grifo nosso)



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

São Paulo

30ª Câmara de Direito Privado

Diante do acima explanado, é patente a culpa dos réus pelo acidente que vitimou a filha da autora.

Restou comprovado, também, que a autora recebia ajuda financeira da *de cujus*, fazendo jus a pensão mensal que recomponha os valores não mais percebidos.

Data vênua do entendimento do Nobre Magistrado, tenho que o pensionamento mensal deve perdurar até a data em que a vítima completasse 65 (sessenta e cinco) anos de idade, isso porque, não há como prever se ela se casaria novamente e/ou deixaria de prestar ajuda financeira à mãe.

Nesse sentido é a jurisprudência do STJ:

“CIVIL E PROCESSO CIVIL. INDENIZAÇÃO. ACIDENTE DE TRÂNSITO. MORTE. DANOS MATERIAIS. PENSÃO MENSAL. VALOR E TERMO FINAL. DANOS MORAIS. QUANTUM. RAZOABILIDADE. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ENUNCIADO N. 7 DA SÚMULA/STJ. PRECEDENTES. RECURSO PROVIDO PARCIALMENTE. I- A orientação da Segunda Seção, em casos de indenização por morte de filho, é de que a pensão mensal arbitrada em favor dos pais deve ser integral até os 25 (vinte e cinco) anos, idade presumida do casamento da vítima, reduzindo-se a partir de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
São Paulo

30ª Câmara de Direito Privado

então essa pensão à metade até a data em que, também por presunção, a vítima atingiria os 65(sessenta e cinco) anos de idade.” (STJ, REsp 302298/MG, Quarta Turma, Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, j. 07.05.02).

Há que se manter, de outro lado, o valor da pensão tal como fixado em sentença, eis que condizente com as possibilidades econômico-financeiras da vítima à época do acidente e as necessidades da autora.

As prestações deverão ser pagas em parcela única, conforme faculta o parágrafo único do art. 950, do Código Civil.

Face ao exposto, nego provimento ao recurso do “IRB – Instituto de Resseguros Brasil S/A” e confiro parcial provimento ao recurso da autora, mantida a distribuição das verbas sucumbenciais.

MARCOS RAMOS
Relator
Assinatura Eletrônica